

São Tomé e Príncipe

Visão global

O produto interno bruto (PIB) da República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) desacelerou em 2009, mas registou uma ligeira recuperação em 2010, para um valor estimado de 4,5%. O crescimento foi sustentado pela ajuda externa e pelo sector terciário, nomeadamente a construção civil, o turismo e o comércio de retalho. Prevê-se que a economia registe um crescimento de 5,0%, em 2011, e de 6,0%, em 2012, suportado pelo investimento directo estrangeiro (IDE) na prospecção de petróleo e pela construção de um novo porto de águas profundas. Porém, as expectativas de longo prazo permanecem altamente dependentes das perspectivas, ainda incertas, do potencial de exploração petrolífera, cuja produção não é esperada antes de 2016.

As políticas macroeconómicas permanecerão restritivas. A política orçamental visa conter a despesa corrente primária através de uma melhor gestão das finanças públicas. Ao mesmo tempo, as medidas jurídicas e técnicas, combinadas com taxas mais altas de importação relativas aos projectos de investimento futuros, devem melhorar gradualmente as receitas fiscais. A política monetária está orientada para a manutenção do novo regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro, introduzido em Janeiro de 2010. A inflação, ainda em grande parte determinada pela importação de bens alimentares e pelos preços do petróleo, diminuiu para cerca de 11,4%, em 2010, contra 16,7%, em 2009, graças ao rigor económico imposto pela indexação ao euro. Esta tendência de queda deve continuar, desde que as políticas orçamentais permaneçam dentro dos objectivos propostos e os preços internacionais dos alimentos se mantenham estáveis. Entretanto, persistem grandes desafios estruturais: o crescimento do peso da dívida, a crescente vulnerabilidade a choques externos e a falta de diversificação da economia.

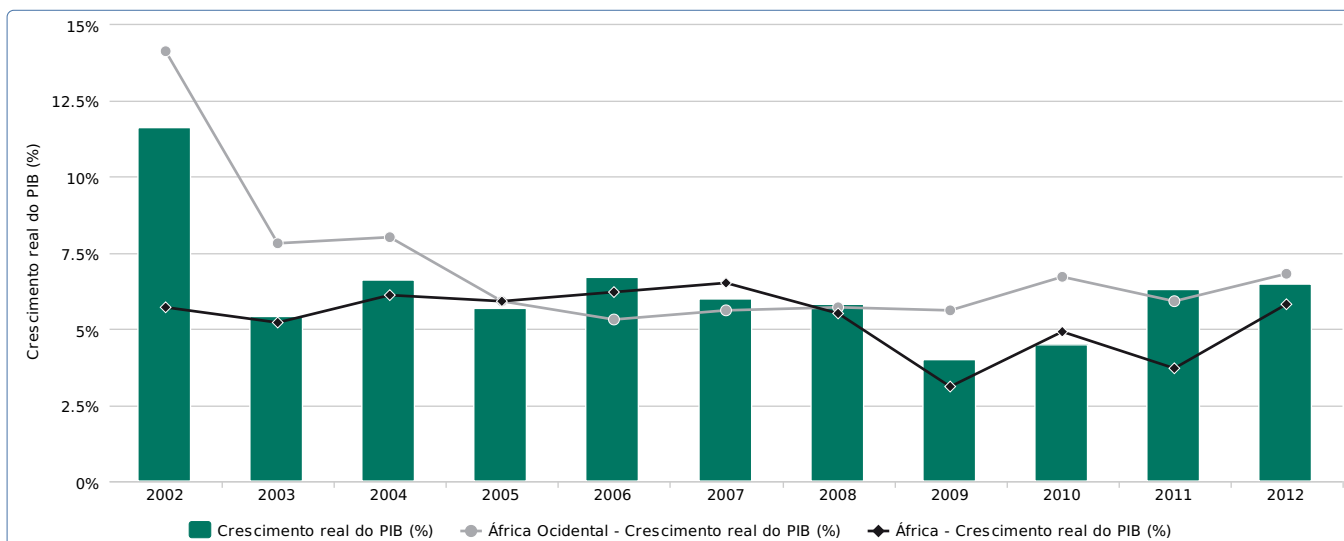
Até que as receitas do petróleo se concretizem, e se tal vier a acontecer, o governo continuará fortemente dependente do financiamento externo. Até às eleições presidenciais de 2011, o IDE não deverá retomar os níveis verificados antes da crise. Em 2010, os investimentos foram impulsionados pelo sector público e financiados por donativos e empréstimos concessionais. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) permaneceu no mesmo nível de 2009, embora os desembolsos tenham sido retidos até depois das eleições legislativas, realizadas em Agosto. Até agora, a APD tem compensado a falta de dinamismo do IDE ao longo de 2010, sustentando um ligeiro aumento do crescimento económico. No entanto, a APD poderá cair em 2011, dadas as crescentes pressões sobre os orçamentos dos doadores.

Os parceiros emergentes vêm desempenhando um papel crucial no desenvolvimento económico e social de S. Tomé e Príncipe. O Taipé Chinês tem uma presença já antiga e consolidada, mas o Brasil e a Índia estão a intensificar a sua cooperação bilateral. A Nigéria, Angola e outros países vizinhos estão, igualmente, a intensificar as suas relações com o país. O novo primeiro ministro manifestou interesse em diversificar as relações comerciais e diplomáticas com os parceiros emergentes, a fim de estimular o desenvolvimento de STP. Num momento caracterizado pela crescente concorrência por recursos escassos, S. Tomé e Príncipe pretende envolver-se com vários parceiros emergentes, promovendo, simultaneamente, a colaboração com os seus parceiros tradicionais.

O ano de 2010 foi marcado pelas eleições autárquicas, regionais e legislativas, em Agosto, das quais resultou um governo minoritário que poderá ter dificuldades em aprovar legislação, ou mesmo permanecer no cargo por muito tempo. O novo primeiro-ministro continua empenhado em transformar a economia de STP num pólo regional de actividades de transbordo de mercadorias. O primeiro-ministro propõe-se promover a diversificação da economia, com o objectivo de diminuir a dependência do país em relação à prospecção e produção petrolíferas, cujas perspectivas se apresentam incertas. A curto prazo, as perspectivas económicas dependerão da estabilidade do novo governo e do sucesso das eleições presidenciais, a ter lugar em Junho de 2011.

A pobreza, estimada em cerca de 54%, em 2009, continua muito difundida em áreas rurais e na periferia das zonas urbanas. A busca de oportunidades de emprego promove a migração urbana, o que coloca uma pressão crescente sobre as infra-estruturas da capital e alimenta o sector informal – estimado em 63% da economia. Os serviços públicos como a electricidade, o saneamento, a saúde e a gestão de resíduos terão de crescer significativamente se STP pretender manter a tendência de crescimento dos indicadores sociais.

Figura 1: Crescimento do PIB real (W)



Fonte: Dados do FMI e das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421014>

Tabela 1: Indicadores macroeconômicos

	2009	2010	2011	2012
Crescimento real do PIB	4	4.5	5	6
Inflação medida pelo IPC	16.7	11.4	7.5	6.7
Saldo Orçamental % PIB	17.6	-7.7	3.3	-8.4
Balança Corrente % PIB	-26.2	-28.1	-35.8	-34.2

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932421622>

Desenvolvimentos económicos recentes

Tabela 2: PIB por setor (em percentagem)

	2005	2009
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	17.6	17.1
Agricultura, pecuária, pesca, exploração florestal	-	-
Da qual agricultura	-	-
Das quais culturas alimentares	-	-
Minas e extracção	0.4	0.6
Minas, indústrias manufactureiras e serviços de utilidade pública	-	-
Do qual petróleo	-	-
Indústrias manufactureiras	6.7	6.7
Dos quais hidrocarbonetos	-	-
Electricidade, gás e água	2.2	2.2
Electricidade, água e saneamento	-	-
Construção	6.5	8.3
Comércio por grosso e a retalho, hotéis e restaurantes	24.4	26.5
Dos quais hotéis e restaurantes	1.3	1.5
Transporte, armazenagem e comunicação	14.2	14.1
Transporte e armazenagem, informação e comunicação	-	-
Finanças, imobiliárias e serviços prestados às empresas	6.7	12.3
Intermediação financeira, serviços imobiliários, empresariais e outras actividades de serviços	-	-
Serviços de administração pública	13.4	8.3
Administração pública e defesa, segurança social, educação, saúde e assistência social	-	-
Administração pública, educação, saúde	-	-
Administração pública, educação, saúde e outros serviços sociais e pessoais	-	-
Administração pública, educação, saúde e assistência social, serviços comunitários, sociais e pessoais	-	-
Administração pública, educação, saúde e assistência social, serviços comunitários e sociais	-	-
Outros serviços comunitários, sociais e pessoais	-	-
Outros serviços	7.8	4
Produto interno bruto a preços base/factor custo	100	100

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932421717>

O crescimento estimado do PIB para 2010 é de 4,5%, ligeiramente melhor do que os 4,0% registados em 2009,

mas ainda inferior ao crescimento médio de mais de 6,2% observado no período 2004-08. As eleições legislativas, em Agosto, levaram à desaceleração da recuperação económica, retardando os desembolsos de APD e atrasando ainda os fluxos pendentes de IDE. Em 2010, a APD, a construção, a habitação e o sector informal sustentaram o crescimento económico, impulsionado pelas despesas relacionadas com as eleições, estimadas em cerca de 10 milhões de USD. Mas o crescimento não deve retornar aos níveis de pré-crise, antes das eleições presidenciais, previstas para 2011. Os investimentos na prospecção de petróleo, bem como o início da construção do porto marítimo de águas profundas, vão sustentar o crescimento da economia, a partir de 2012.

O sector agrícola representa apenas 17,1% do PIB, mas emprega mais de 60% da população activa. O sector é caracterizado por uma baixa produtividade global, devido a infra-estruturas inadequadas, à ausência de serviços públicos e a um grande número de pequenos produtores. Por conseguinte, uma grande parte dos alimentos, nomeadamente o arroz, precisa de ser importada.

Em 2010, a produção agrícola foi seriamente afectada por uma seca que durou oito meses. Tal facto tem provocado o aumento da inflação e afectado a segurança alimentar, uma vez que a oferta interna depende fortemente da frágil agricultura de subsistência. Estima-se que a produção de cacau, representando cerca de 88% das exportações, tenha caído cerca de 20%. A queda no volume foi compensada pelo aumento dos preços internacionais do cacau, actualmente ao nível mais elevado dos últimos 30 anos. A produção agrícola deverá aumentar gradualmente a partir de 2011, reflectindo os investimentos públicos em máquinas e fertilizantes para aumentar a produtividade, bem como o aumento do investimento no sector privado.

Os investidores estrangeiros estão a contribuir para a diversificação e o aumento da produção agrícola. A Malongo, uma empresa francesa, tem planos para a reabilitação, em 2011, da "Roça Monte Café", uma antiga fazenda de café, no montante de 3 milhões de USD. Outra empresa francesa, que se dedica ao cultivo de pimenta e de baunilha desde 2008, planeia exportar 400 toneladas em 2015. A produção de cacau orgânico está a ganhar força, sendo responsável por 400 toneladas de uma produção total de cacau de 3 500 toneladas, em 2010. Esta produção oferece aos produtores um preço mais de seis vezes superior ao preço do cacau convencional. No entanto, a produção de cacau continua a ser fortemente condicionada pelo processo de parcelização da propriedade da terra.

O desenvolvimento das pescas oferece um grande potencial económico e poderá contribuir para o aumento do emprego, do rendimento e da segurança alimentar e para a diversificação económica. Os pescadores locais estão limitados à pesca artesanal, enquanto a pesca industrial se desenvolve ao abrigo de um acordo com a União Europeia (EU), que permite que navios, principalmente de Espanha, Portugal e França, pesquem nas águas de S. Tomé e Príncipe. Abrangendo o período de Junho de 2006 a Maio de 2010, o acordo prevê uma contribuição financeira no montante de 663 000 euros (EUR), dos quais 50% são destinados a apoiar a política de pescas de STP. Um novo acordo está em negociação. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e o Governo vão rever a facilidade actual em matéria de certificação, a fim de estimular as exportações de pescado para a UE, actualmente limitadas devido ao não cumprimento das exigências fitossanitárias.

A produção offshore de petróleo e gás na "Zona Económica Exclusiva" (ZEE) de STP poderá transformar a economia do país. A ronda de negociações que seria concluída em Setembro, foi objecto de prorrogação por mais 60 dias, com o objectivo de atrair mais candidatos. No entanto, apenas seis empresas (de Angola, Nigéria, África do Sul e S. Tomé e Príncipe) fizeram ofertas, mas trata-se de empresas sem peso no sector petrolífero. Até ao momento, não foi encontrada nenhuma reserva de petróleo com viabilidade comercial. Actualmente, as perspectivas mais promissoras de exploração de petróleo ainda emanam da "Zona de Desenvolvimento Conjunto" (ZDC) da Nigéria-STP, uma zona de sobreposição de fronteiras marítimas, objecto de reivindicações mútuas. As perspectivas de perfuração, ainda incertas, estão a ser marcadas por divergências contratuais no que se refere à participação assimétrica nos lucros.

A Sinopec, a companhia petrolífera nacional chinesa dominante na ZDC, descobriu reservas de hidrocarbonetos nos blocos de exploração 2, 3 e 4 e de gás no bloco 1, com suspeitas de reservas de cerca de 28 mil milhões de metros cúbicos. Até agora, a Sinopec ainda não iniciou a produção em qualquer dos blocos, lançando dúvidas sobre a viabilidade comercial das reservas. Em 2006, a Chevron perfurou um poço, mas não confirmou as suas expectativas. Em 2010, a Total adquiriu uma participação de 45,9% no bloco da Chevron.

Os esforços para promover a transparência no ainda incipiente sector petrolífero de STP sofreram um rude golpe com a expulsão do país, em Abril de 2010, da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE). Uma evidente falta de progressos no cumprimento dos objectivos da ITIE levou o governo a requerer a suspensão do processo. No entanto, o Conselho de Administração da ITIE optou por votar a expulsão de STP, considerando que o país não demonstrou a existência de circunstâncias excepcionais e imprevisíveis, fora do seu controlo, que justificassem uma nova prorrogação.

Os serviços de água, gás e electricidade e a construção, impulsionados pela edificação de infra estruturas turísticas, habitação e manutenção de estradas, constituem o essencial do sector secundário, que representa

17,8% do PIB. O país tem poucas empresas, a maioria delas envolvidas no processamento de alimentos. Deste conjunto constam uma fábrica de cerveja, uma fábrica de sumo de frutos, uma fábrica de óleo de palma, uma fábrica de chocolates de alta qualidade e uma meia dúzia de padarias. A indústria transformadora, que representa 6,7% do PIB, ressenete-se da pequena dimensão do mercado interno, da falta de capital humano, dos altos custos da energia e da dependência de matérias-primas importadas. A baixa qualidade da produção local promove a crescente procura de produtos estrangeiros de melhor qualidade e a preços mais acessíveis.

Os transportes e as infra-estruturas de serviços públicos são fundamentais para a ambição do governo de transformar o arquipélago num centro de serviços e turismo. No entanto, em 2010, as principais obras que sustentam essa ambição ainda estavam por se iniciar. Os projectos de investimento para a ilha do Príncipe estão suspensos devido à necessidade de se construir um novo guindaste de carga/descarga no porto. Uma vez que o existente está fora de serviço desde Dezembro de 2009, os parceiros para o desenvolvimento estão a estudar e a avaliar soluções de longo prazo, mas a reabilitação não estará concluída antes de meados de 2011.

A economia santomense é impulsionada pelo sector terciário, que gera mais de 65% do PIB. É altamente informal e consiste, principalmente, no pequeno comércio de retalho, transportes e serviços financeiros. Os projectos turísticos, de iniciativa governamental, irão desempenhar um papel crescente no desenvolvimento económico do país. O turismo tem vindo gradualmente a ganhar importância, com o aumento da capacidade de alojamento e com os cerca de 7 000 turistas em 2010. A cultura e a arquitectura são os únicos activos do país com grande potencial turístico. Os constrangimentos estruturais, porém, ainda precisam de ser ultrapassados, incluindo a oferta de tarifas aéreas mais baixas e de rotas alternativas de voo para o arquipélago. Actualmente, apenas dois voos comerciais ligam o arquipélago com a Europa, o que contribui para a manutenção dos preços das passagens aéreas artificialmente elevados.

O consumo privado e o investimento público sustentaram a procura em 2010. O consumo privado representa, estruturalmente, a maior percentagem do PIB. Em 2010, foi ainda suportado pelas despesas relacionadas com as eleições. No entanto, essa compra de votos ou "Banhos" estimada em cerca de 10 milhões de USD (cerca de 5% do PIB), não pôde compensar totalmente a perda de receitas decorrentes da grave seca. No futuro, o consumo privado deverá aumentar progressivamente, devido aos empregos gerados pela construção do porto marítimo de águas profundas e de infra-estruturas turísticas. Além disso, o rendimento familiar deverá ser sustentado pelo aumento gradual na produção e exportação de produtos agrícolas.

O investimento público compensou a queda continuada dos projectos de investimento privado provocada pela crise económica global. A energia e as infra-estruturas de transportes absorveram o grosso dos investimentos públicos, ao passo que nenhum grande projecto de investimento privado foi anunciado e os projectados foram ainda prejudicados pela crise global e pelas incertezas políticas decorrentes das eleições. A participação do investimento público deverá crescer muito mais lentamente em 2011 e 2012, no entanto, é esperada uma recuperação do IDE com a construção do porto marítimo de águas profundas, em 2011. A aceleração dos investimentos em actividades de prospecção de petróleo e em infra-estruturas de turismo deve apoiar o investimento privado a partir de 2012. As despesas públicas, principalmente em infra-estruturas básicas, manutenção e massa salarial, continuam a ser uma pequena componente da procura e não deverão aumentar significativamente nos próximos anos, devido a uma postura orçamental restritiva. A forte dependência do financiamento externo, sob a forma de fluxos de ajuda e de IDE, continua a ser o principal risco para as perspectivas económicas de STP.

Tabela 3: Componentes da Procura

	Percentagem do PIB (preços correntes)		Variação Percentual, volume			Contribuição para o Crescimento Real do PIB		
	2002	2009	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Formação Bruta de Capital	36.4	48.6	13.3	9.4	7.7	7.1	5.4	4.7
Público	17.7	29.6	20	9	7	6.5	3.4	2.7
Privado	18.7	19	2.8	10	9	0.6	2.1	1.9
Consumo	97.4	98.5	-0.2	2.9	4.4	-0.2	2.5	3.8
Público	17.9	16.7	2.5	2.5	2.5	0.4	0.4	0.4
Privado	79.4	81.8	-0.8	2.9	4.8	-0.6	2.1	3.4
Procura Externa	-33.8	-47.1	-	-	-	-2.4	-2.9	-2.5
Exportações	16.5	10.9	3.9	5.7	7.9	0.4	0.5	0.7
Importações	-50.2	-58	5	6.3	5.8	-2.8	-3.5	-3.3
Taxa de Crescimento Real do PIB	-	-	-	-	-	4.5	5	6

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

Política orçamental

O segundo acordo trienal no âmbito da Facilidade para a Redução da Pobreza e Crescimento (FRPC), assinado pelas autoridades em Março de 2009, define o quadro da política orçamental. O objectivo é manter a forte consolidação orçamental através da limitação das despesas discricionárias e do aumento das receitas fiscais. Apesar das receitas geradas pelas licenças do petróleo e do alívio da dívida antes da crise global, a situação fiscal continua frágil, correspondendo os voláteis direitos de importação a cerca de metade das receitas fiscais.

Não obstante uma política orçamental restritiva, o saldo orçamental global passou a ser negativo em 2010, reflectindo uma queda dos donativos recebidos do estrangeiro, bem como o efeito prolongado da crise sobre o investimento privado. Em 2011, os bónus de assinatura de contratos do petróleo deverão aumentar temporariamente as receitas, mas o saldo orçamental deverá manter-se negativo a partir de 2012. Défices anteriores foram parcialmente financiados com levantamentos da Conta Nacional do Petróleo (CNP), bem como com ganhos resultantes das privatizações. Como resultado, a CNP tinha caído para menos de 10 milhões de USD, em 2010, em comparação com os 49 milhões de USD, em 2005. Sem novos bónus de assinatura do petróleo da última ronda de licitação, em Novembro de 2010, a CNP poderá ficar sem fundos nos próximos cinco anos.

As receitas públicas para 2010 foram cerca de 30% inferiores ao esperado. Tal deveu-se a uma resposta desfasada da actividade do sector privado, após a descida da taxa do IRC em 2009, e ao menor desembolso de APD devido às eleições. Prevê-se que os bónus de assinatura de petróleo esperados para 2010, no valor de 30 milhões de USD, se concretizem apenas em 2011. Os direitos de importação sofreram com a queda do IDE em 2010, mas deverão crescer gradualmente, com o início dos grandes projectos em 2011 e 2012.

O Governo reagiu cortando 10% das despesas correntes discricionárias no início de 2010. Os salários da função pública foram congelados, na sequência de um aumento substancial em 2009.

O Governo recém-eleito manteve essas medidas e introduziu outras, em grande parte simbólicas, tais como a limitação de viagens oficiais e a utilização de viaturas do Estado, reduzindo as despesas com combustível em 10%. O investimento público, financiado em mais de 90% por donativos e empréstimos, manteve-se praticamente inalterado.

As dificuldades em aumentar as receitas internas são três: a omnipresente economia informal, as infra-estruturas obsoletas, em particular as relativas ao errático fornecimento de energia, e a evasão fiscal. Os impostos sobre as empresas são suportados por apenas 20 empresas, incluindo bancos comerciais, a Companhia Santomense de Telecomunicações (CST), hotéis e grandes empresas de importação/ exportação. As restantes empresas continuam no sector informal ou beneficiam de isenções fiscais. A introdução, em 2010, de um único número de identificação fiscal para cada pessoa e empresa deverá contribuir para o lento alargamento da estreita base tributária, nomeadamente através da expansão dos impostos sobre os salários, actualmente pagos apenas por funcionários públicos e funcionários de empresas estrangeiras.

As reformas estruturais, incluindo um sistema informatizado integrado de gestão das finanças públicas (eSafe), estão a ser implementadas com o objectivo de aumentar a eficiência e a transparência da gestão de tesouraria na administração pública. Este projecto, com arranque previsto para o final de 2009, ainda estava em curso de implementação no final de 2010, devido a desacordos sobre o *software* a utilizar. O projecto prevê a descentralização da gestão das despesas públicas com o objectivo de melhorar a taxa de execução orçamental, actualmente inferior a 80%. Nele também se prevê que as receitas públicas sejam depositadas no Banco Central e geridas pelo Tesouro e que todos os salários dos funcionários públicos sejam pagos por transferência bancária.

Tabela 4: Finanças Públicas (em percentagem do PIB)

	2002	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Totais e Donativos	29.2	161.9	48.4	58.8	36.9	47.2	33.6
Receias fiscais	10.8	37.7	16.4	16.7	17	16.7	16.2
Receitas do Petróleo	-	-	-	-	-	-	-
Donativos	16	121.3	30.4	39.8	17.6	28.2	15.2
Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-
Despesas totais e empréstimos netos (a)	38.9	40.3	33.5	41.2	44.5	43.9	42.1
Despesas Correntes	14.7	28.7	24.8	21.5	21.4	20.6	19.4
Excluindo Juros	10.5	27.4	23.9	20.9	20.7	19.8	18.6
Remunerações e Salários	4.7	9	8.7	8.9	8.1	7.4	6.8
Bens e Serviços	2.5	5.7	6.5	5.3	5.7	5.5	5.2
Juros	4.1	1.3	0.9	0.6	0.7	0.8	0.8
Despesas de Capital	24.2	11.6	8.7	19.7	23.1	23.2	22.6
Balança Primária	-5.5	122.9	15.8	18.1	-7	4.1	-7.6
Balança Global	-9.7	121.5	14.9	17.6	-7.7	3.3	-8.4

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932421907>

Política monetária

Em Janeiro de 2010, a dobra (STD) passou a ter uma taxa de câmbio fixa relativamente ao euro. O novo regime cambial, assegurado por uma linha de crédito concessional de cinco anos, no valor de 25 milhões de euros, por parte de Portugal, deverá ajudar a manter a estabilidade monetária e aumentar a credibilidade da política macroeconómica do governo. O impacto positivo do novo regime já se faz sentir através da inflação muito baixa registada no primeiro semestre. A desvantagem potencial do novo regime reside no risco de sobrevalorização da dobra, resultando num menor poder aquisitivo das receitas em USD, principalmente dos fluxos de APD e dos bónus de assinatura de futuros contratos petrolíferos. Até agora, a ligeira depreciação do euro face ao dólar, em 2010, resultou numa desvalorização da dobra face ao dólar.

Ao longo de 2010, a política monetária foi ditada pela necessidade de conter a inflação, aumentar as reservas do país em divisas e manter a paridade cambial da dobra com o euro (fixado em 24 500 dobras por euro). No entanto, no segundo semestre de 2010, a inflação subiu devido ao efeito da seca, aos elevados gastos eleitorais e ao esgotamento dos *stocks* de açúcar e de arroz. A inflação continuará, em grande parte, determinada pelos preços mundiais do petróleo e dos produtos alimentares, que constituem uma parte crescente do cabaz de bens de consumo, tendo atingido 60% em 2010.

Para além do regime de paridade cambial, os esforços de esterilização do Banco Central também contribuíram para a redução da inflação, de 16,7%, em 2009, para 11,4%, em 2010, embora se tenha mantido acima da meta de 10% prevista para o final do ano. Esta evolução positiva beneficiou de um menor reajuste das expectativas inflacionistas. Prevê-se que a inflação do país baixe para 7,5%, em 2011, e para 6,7%, em 2012. A materialização destas previsões dependerá da capacidade do governo para lidar com a volatilidade dos preços internacionais dos bens alimentares e do petróleo, bem como das futuras entradas de divisas decorrentes da assinatura de contratos petrolíferos, em 2011, e do IDE, em 2012.

Apesar dos esforços de esterilização do Banco Central, os depósitos bancários em moeda estrangeira tinham aumentado 37% até Agosto de 2010, provocando um crescimento da base monetária de cerca de 10%, em 2010. No entanto, tratou-se de uma melhoria em relação aos 21,9% registados em 2009. A taxa de desconto

mantveu-se estável em 16%, para estimular o crédito comercial à economia, e o nível obrigatório de reservas foi mantido em 24,5%.

O governo deverá consolidar as reformas económicas empreendidas nos últimos dois anos, melhorar o desempenho orçamental e preservar as reservas cambiais, bem como a paridade cambial relativamente ao euro. Esta consolidação deverá estabelecer as bases para uma aceleração moderada do crescimento económico a partir de 2012. O crescente rigor macroeconómico deve ajudar a atingir as metas previstas para a inflação.

Posição externa

Um desequilíbrio estrutural entre fortes importações e baixas exportações tem provocado, desde 2001, défices persistentes das contas correntes e da balança comercial. A balança comercial piorou significativamente em 2010, devido a uma forte queda nas exportações de cacau, ao passo que a seca provocou um aumento das importações de géneros alimentares. O aumento dos preços internacionais do petróleo e dos bens alimentares veio contribuir para a deterioração da balança comercial. São esperados novos défices comerciais nos próximos anos, devido ao facto de as exportações de cacau e as receitas do turismo não serem suficientes para compensar as importações associadas aos fluxos esperados de IDE.

O cacau continua a ser o principal produto de exportação, representando 88% das exportações de STP. A desvalorização da dobra e os altos preços internacionais do cacau têm impulsionado o valor das exportações. Enquanto se aguardar a resolução da crise política na Côte d'Ivoire, os preços do cacau deverão permanecer elevados. A capacidade de exportação de STP, no entanto, é demasiado limitada para tirar o máximo proveito das condições vantajosas dos termos de troca. Em 2009, o petróleo, os produtos alimentares e a maquinaria representaram 57% do total das importações, acima dos 51% registados em 2000.

A União Europeia continua a ser o principal parceiro comercial de STP, acolhendo 80% das exportações e fornecendo 60% das importações santomenses, embora o seu peso tenha vindo a diminuir. Portugal continua a ser, a grande distância, o principal parceiro comercial, com 56% das importações e 32% das exportações. A Holanda e a Bélgica absorvem 45% das exportações de STP. Ao longo da última década, a participação das importações dos parceiros económicos emergentes aumentou gradualmente, de cerca de 20% para 30%, em 2009. A quota combinada de Angola e do Brasil nas importações de STP aumentou rapidamente durante os últimos anos para 25%. As exportações para países parceiros emergentes, por outro lado, diminuíram ligeiramente para apenas 8%, em 2009.

O governo ainda não assinou um Acordo de Parceria Económica (APE) com a União Europeia, argumentando que a economia santomense não está suficientemente madura e que a sua indústria de exportação não pode responder às exigências de certificação e aos requisitos fitossanitários impostos para entrar no mercado europeu. Apesar de STP beneficiar formalmente do direito de tratamento preferencial, no âmbito da Lei do Crescimento e Oportunidades para África (AGOA), as suas exportações para os Estados Unidos têm sido, até agora, objecto de direitos integrais de importação, já que o país é incapaz de cumprir os requisitos de certificação.

Em 2010, o IDE recuperou para 25 milhões de USD, equivalentes a 13% do PIB, contra 7,5 milhões de USD em 2009 (4% do PIB). A incerteza resultante das eleições e o efeito prolongado da crise levaram ao abrandamento da recuperação do IDE, mas espera-se que a exploração futura de petróleo possa novamente impulsionar o IDE para o nível recorde de mais de 33 milhões de USD, alcançados em 2008. Além disso, está previsto que o novo porto de águas profundas inicie as operações em 2011, atraindo 570 milhões de USD. O principal projecto para estimular o turismo, a construção de dois hotéis pela companhia líbia Laico (no valor de cerca de 30 milhões de USD), está suspenso desde 2008. A eleição presidencial, em 2011, poderá atrasar ainda mais estes investimentos.

S. Tomé e Príncipe é fortemente dependente da ajuda externa para financiar as suas despesas de investimento, bem como uma parte das suas despesas correntes. Os donativos representaram 47,6% das receitas totais em 2010, contra 68%, em 2009, devido ao fim dos desembolsos concedidos no âmbito da iniciativa relativa à dívida dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), em 2009. Estes donativos, que ascenderam a 30,7 milhões de USD, equivalentes a 17,6% do PIB, cobrem 54% das necessidades de investimento público, enquanto os empréstimos cobrem cerca de 38%. Mais de 95% da ajuda externa continua a destinar-se a apoiar projectos, contrariando os princípios da Declaração de Paris que aconselha o aumento da ajuda ao orçamento. O Banco Mundial é a única instituição que concede toda a sua assistência na modalidade de ajuda ao orçamento.

Portugal e o Taipé Chinês são os dois maiores doadores bilaterais, tendo assegurado cada um cerca de 20% dos investimentos públicos de STP, em 2010. Os doadores tradicionais estão a sentir pressões orçamentais na sequência da crise económica. Consequentemente, a Espanha anunciou que vai terminar totalmente a sua cooperação técnica com o arquipélago, no valor de 1,5 milhões de USD, a partir de 2011. A doação de arroz japonês, que cobre mais de metade das necessidades de consumo anual de STP, caiu ligeiramente, de 4 000

toneladas em 2009, para 3 320 toneladas em 2010.

Os doadores multilaterais estão envolvidos na educação, saúde, segurança alimentar e luta contra o VIH/SIDA, bem como em infra-estruturas. O Fundo Europeu de Desenvolvimento contribui com um pouco menos de 20% do orçamento de investimento público, com destaque para as infra-estruturas, a manutenção de estradas, assim como para assistência técnica e capacitação da administração pública. O plano quinquenal do BAfD (2011-2015) visa apoiar o governo no combate à pobreza rural. O BAfD cobre 11% do investimento público e privilegia sectores como a agricultura, as pescas e segurança alimentar, a formação técnica e profissional e as estradas rurais.

Esta diversidade de parceiros para o desenvolvimento representa um peso significativo sobre a administração pública santomense, o que explica uma taxa média de desembolso de APD em torno dos 60% nos últimos anos. Todos os materiais precisam ser importados através do disfuncional porto de STP, retardando a execução dos projectos e prejudicando a capacidade de absorção já de si baixa. Uma melhor coordenação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Planeamento e das Finanças, bem como o projecto do PNUD destinado a melhorar a coordenação entre os programas dos doadores, deverá melhorar a eficácia da ajuda.

Alimentados pelas receitas das privatizações e da ajuda externa, os activos externos líquidos do Banco Central têm vindo a aumentar progressivamente de 40,9 milhões de EUR, no final de 2007, para 57,8 milhões de EUR, em Maio de 2010. As reservas disponíveis correspondiam, em termos médios, a 5,4 meses de importações em 2009, acima dos 4,3 meses, em 2008. A empresa estatal de utilidade pública Empresa de Água e Electricidade (EMAE) será privatizada no decurso dos próximos anos, com vista a melhorar a sua viabilidade financeira e a prestação de serviços.

S. Tomé e Príncipe atingiu o ponto de conclusão da iniciativa PPAE em 2007, da qual resultou uma anulação da dívida de 327 milhões de USD, o equivalente a 91% de sua dívida externa multilateral. Em 2010, porém, o rácio do valor actual líquido da dívida externa já aumentou para 21,5% do PIB, contra 11% logo após o alívio da dívida graças à iniciativa PPAE. Cerca de 68% da dívida de STP é dívida externa. A capacidade limitada de exportação de STP e a fraca base de produção, que muito provavelmente não se deverá expandir a curto prazo, potenciam um risco elevado de o país voltar a cair numa situação de sobreendividamento. Para minimizar esse risco, o governo assumiu o compromisso de solicitar ajuda externa e empréstimos concessionais, para financiar os seus programas de desenvolvimento, evitando recorrer a empréstimos comerciais. Uma nova lei prevendo que a Assembleia Nacional aprove todos os empréstimos públicos, quer internos quer externos, deverá estar aprovada até ao final de 2011.

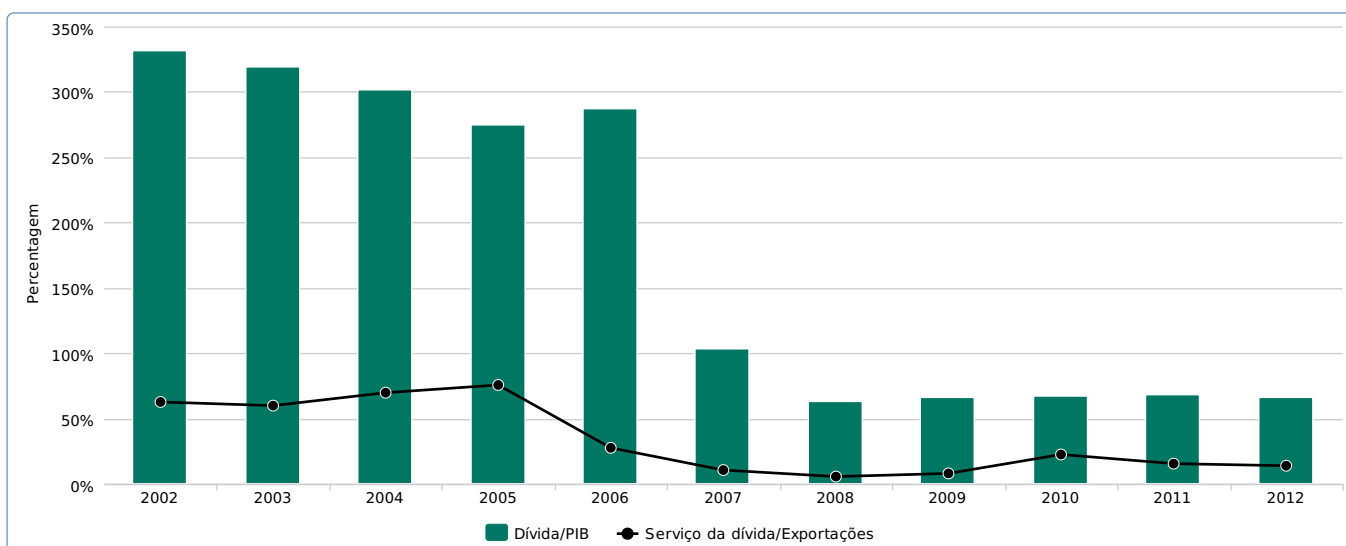
As remessas dos emigrantes são importantes para as famílias residentes, a fim de financiar o consumo privado. Segundo estimativas, cerca de 30 000 santomenses vivem em Portugal, o que representa cerca de um terço do total da população activa do arquipélago. Estes fluxos de divisas são altamente informais, mas o Banco Mundial estima que ascenderam a 2 milhões de USD em 2010. Este montante tem-se mantido relativamente estável ao longo da última década, com excepção de um pico verificado em 2008, em que as remessas atingiram cerca de 3 milhões de USD.

Tabela 5: Balança Corrente (em percentagem do PIB)

	2002	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Balança Comercial	-24.4	-41.8	-47.6	-37.5	-41.2	-41.2	-39.7
Exportação de bens (f.o.b.)	7	4.7	5.9	5.2	5.2	4.7	4.4
Importação de bens (f.o.b.)	31.3	46.5	53.5	42.7	46.4	45.9	44.1
Serviços	-9.4	-12.7	-7.8	-7.1	-10.2	-11.2	-9.8
Rendimento dos Factores	-2	4.2	2.3	1.8	1.6	1.3	1.7
Transferências Correntes	18.8	11.7	14.7	16.6	21.7	15.2	13.6
Balança Corrente	-17	-38.6	-38.4	-26.2	-28.1	-35.8	-34.2

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projecções.

Figura 2: Dívida externa total (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem das exportações de bens e serviços)



Fonte: Dados do FMI e das autoridades nacionais; estimativas e previsões com base em cálculos dos autores.

Dados para 2010 são estimativas; para 2011 e 2012 são projeções.

Questões estruturais

Desenvolvimento do Sector Privado

O sector privado em S. Tomé e Príncipe é caracterizado por um pequeno número de empresas especializadas na construção, no comércio e no turismo. O relatório do Banco Mundial, *Doing Business 2011*, coloca STP na 178ª posição entre 183 países. Esta classificação reflecte uma insipiente aplicação da regulamentação, infra-estruturas inadequadas e a agitação política no passado recente. As leis e regulamentação que regulam o investimento são onerosas, e a burocracia muito pesada e propensa à corrupção. Outros factores que dificultam o investimento são o controlo de câmbios, algumas restrições às operações de capital, as questões de propriedade da terra e a influência que o governo mantém na actividade diária dos negócios. As empresas estrangeiras e nacionais beneficiam de um tratamento idêntico perante a lei.

Em 2010, a Câmara de Comércio abriu um balcão único destinado a estimular e facilitar a criação de empresas. Este grande avanço foi contrabalançado pela introdução da exigência de um capital mínimo para a criação de empresas de responsabilidade limitada.

O sistema financeiro de STP é pequeno, pouco desenvolvido e fortemente dolarizado. Com menos de 1% dos empréstimos não-produtivos, o sector financeiro está saudável. O maior e mais antigo banco comercial é o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), um consórcio entre o governo de S. Tomé e Príncipe, a Caixa Geral de Depósitos de Portugal e o BAI, líder de depósitos em Angola. O BISTP controla dois terços do mercado de crédito e de depósitos. Os outros seis bancos comerciais existentes não têm sido muito activos.

O crédito interno ao sector privado continua a ser limitado e caro, embora esteja disponível para os investidores locais e estrangeiros, sem discriminação. O volume de depósitos bancários é muito limitado, dado o salário médio mensal de 1,5 milhões de STD, equivalentes a 60 euros, e os custos de abertura de conta. Consequentemente, a maioria da população não tem acesso aos serviços bancários formais. Os depósitos em moeda estrangeira representam cerca de 60% do passivo dos bancos comerciais, enquanto cerca de 70% dos empréstimos ao sector privado são concedidos em moeda estrangeira.

Um sistema de pagamentos internacionais, o SPAUT-STP, está para ser lançado no segundo trimestre de 2011. O sistema, que irá incluir 20 caixas electrónicas e 40 pontos de vendas, vai usar o sistema VISA e está a ser criado pelo Banco Central, pela Companhia de Telecomunicações Santomense (CST) e por um sindicato bancário. As seguradoras estão a aumentar gradualmente a sua actividade no arquipélago, mas o sector financeiro não-bancário continua pouco desenvolvido.

Outros Desenvolvimentos Recentes

O programa do governo que visa transformar o país e diversificar a sua economia está articulado em torno de quatro grandes eixos: i) boa governação; ii) crescimento e desenvolvimento económicos; iii) coesão nacional e social; e iv) estado de direito. O novo governo comprometeu-se a continuar as reformas na gestão das finanças públicas implementadas pela administração anterior. A principal mudança em 2010 foi a transferência do Departamento de Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para o Ministério do Plano e Finanças (MPF), a fim de destacar a importância da APD para o orçamento. O sistema judicial é actualmente o elo mais fraco da administração de STP e a aplicação da lei aos contratos é praticamente inexistente.

A EMAE, empresa pública de água e electricidade, está a ser reestruturada com o apoio do Banco Mundial. Os esforços para atrair o capital privado e melhorar a viabilidade financeira destinam-se a preparar a empresa para a sua futura privatização, nos mesmos moldes do que foi realizado com a empresa de telecomunicações. O governo permitiu à Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO), empresa pública de distribuição de combustíveis, ajustar os preços em função das flutuações do mercado de modo a eliminar gradualmente os subsídios aos preços dos combustíveis.

A Sonangol, empresa petrolífera estatal de Angola, está a aumentar a sua presença no país. O Governo concedeu-lhe a gestão do principal porto do país, em Ana Chaves, assim como do aeroporto internacional. A Sonangol está a melhorar e a modernizar o aeroporto, com o aumento do comprimento da pista em 300 metros, a instalação de iluminação e a modernização do edifício do terminal. Foi retomada a discussão para a aquisição de uma participação na EMAE e na ENCO pela Sonangol, bem como a construção de um depósito de combustíveis em Neves, mas os progressos registados são escassos.

O projecto de investimento mais importante foi a reabilitação da estrada nacional n.º 2, a ser concluída até 2011 e no valor de 24,5 milhões de EUR. Financiada com uma linha de crédito de Portugal, aquela estrada irá ligar a capital a Ribeira Peixe, em Caué, o distrito mais pobre do país. Por outro lado, o início da construção do porto de águas profundas, proposto pela multinacional francesa CMA-CGM, foi atrasado devido à crise financeira. O início dos trabalhos preliminares está previsto para 2011 e o porto deverá estar operacional em 2014. O

projecto está estimado em 570 milhões de USD. A finalização deste porto deverá permitir a STP tornar-se um pólo regional de navegação transatlântica, mas outros projectos semelhantes em países vizinhos ameaçam minar o potencial económico do porto, se for retardada a sua construção e entrada em funcionamento.

O acesso a uma fonte de energia fiável e acessível continua a ser problemático. No entanto, a recente inauguração de uma central eléctrica em Santo Amaro, pelo Taipé Chinês, quase duplicando a capacidade de produção do arquipélago, deverá permitir ao país cobrir as suas necessidades. O desafio ainda reside na construção de uma rede de distribuição adequada, de modo a reduzir as perdas, que podem representar até 40% da energia produzida. Uma solução poderia ser a ligação das redes independentes utilizadas pelas antigas plantações portuguesas à rede nacional de distribuição. Assim, o governo abrangeria mais 25% das necessidades globais da população. Estão a ser estudadas soluções alternativas de energia renovável, incluindo pequenas centrais hidroeléctricas e a instalação de equipamentos destinados à produção de energia solar a fornecer às comunidades rurais.

O Banco Mundial defende a liberalização do mercado de telecomunicações, actualmente monopólio da Companhia Santomense de Telecomunicação (CST), de modo a aumentar a sua eficiência e dinamismo. Após um crescimento de 60%, em 2009, o mercado de telefones móveis de STP cresceu 25%, em 2010. Com 100 mil assinantes de serviços móveis, a penetração no mercado é de 60%. A ligação de STP a um cabo submarino de fibra óptica ligando a costa ocidental da África à Europa, em 2012, deve melhorar consideravelmente as telecomunicações do país. A CST anunciou a assinatura de contratos em Junho de 2010 no montante de 25 milhões de USD. O projecto será co-financiado pela CST, pelo Banco Mundial e pela Portugal Telecom. Quando o cabo estiver operacional, a CST planeia lançar serviços de comunicações de terceira geração.

A “Carta Agrícola”, um roteiro para a agricultura abrangendo 2006-15, prevê subsidiar a distribuição de fertilizantes, sementes e máquinas aos agricultores, a fim de aumentar a produtividade. Além disso, o governo, apoiado pelos doadores, planeia melhorar as infra-estruturas rurais, facilitar o acesso aos mercados interno e externo e desenvolver a capacidade de gestão dos agricultores através de cursos regulares de formação para o efeito.

Os desafios ambientais estão estreitamente relacionadas com a pobreza rural. A deflorestação está a aumentar à medida que os moradores da floresta tropical transformam a madeira em carvão ou a vendem no exterior. Há uma falta de capacidade e de pessoal para preservar as raras, e únicas, fauna e flora endémicas do arquipélago. O parque natural Obô, a principal zona turística do país, sofre de falta de financiamento e o seu potencial turístico está sub-explorado. Existe uma necessidade urgente de reforçar a sua gestão e manutenção, a fim de preservar e expandir o seu jardim botânico e o herbário único.

Parceiros económicos emergentes

Dada a pequena dimensão de STP e a dependência extrema do financiamento externo, o governo adoptou uma abordagem pragmática da cooperação para o desenvolvimento. As autoridades estão interessadas em alargar as suas relações com Portugal, antiga potência colonial, e com outros doadores ocidentais, e em desenvolver relacionamentos com parceiros económicos emergentes, como o Brasil, o Taipé Chinês e a Índia, bem como reforçar os laços regionais, nomeadamente com Angola e a Nigéria. Os países da União Europeia continuam a dominar os fluxos do comércio, embora as importações de petróleo de Angola já representem aproximadamente 20% das importações totais de STP. A estratégia de STP consiste em incentivar o IDE oriundo de parceiros económicos emergentes para desenvolver a prospecção de petróleo, o turismo e outros sectores económicos.

O Taipé Chinês, o Brasil e a Índia tornaram-se parceiros de desenvolvimento em domínios como a cooperação técnica, a capacitação, as infra-estruturas e a cultura. O primeiro-ministro identificou a Nigéria, a Líbia, o Gabão, o Qatar e a Turquia como potenciais futuros parceiros. Em 2008, Angola e Líbia anunciaram o seu interesse na construção de hotéis e no desenvolvimento do sector turístico nascente de S. Tomé e Príncipe.

S. Tomé e Príncipe mantém relações com o Taipé Chinês desde 1997, em substituição da República Popular da China. Desde então, estima-se que o Taipé Chinês tenha doado mais de 140 milhões de USD a STP. No entanto, os fluxos comerciais são mínimos, e as relações económicas consistem principalmente em empréstimos em condições favoráveis, apoio orçamental e ajuda ao desenvolvimento. O apoio do Taipé Chinês a acções de combate ao paludismo no arquipélago foi muito bem-sucedido e STP reduziu a sua taxa de prevalência do paludismo em 44%, para os actuais 3,7%. Em Outubro de 2010, foi inaugurada uma nova central eléctrica, construída pela Taiwan Electrical and Mechanical Engineering Services (TEMES), que duplicou o fornecimento de electricidade no arquipélago. A central será gerida por quadros do Taipé Chinês durante um ano, após o que será entregue a engenheiros santomenses.

As relações diplomáticas com o Taipé Chinês poderiam sofrer pressões após a Sinopec, a companhia nacional de petróleo da China, se tornar o parceiro dominante na Zona de Desenvolvimento Conjunto, graças à aquisição, em 2009, da Addax Petroleum Corp. Até agora, a China não mantém laços diplomáticos nem relações comerciais com o arquipélago, mas o Governo de STP expressou interesse em explorar possíveis formas de colaboração futura. No entanto, o Taipé Chinês e STP expressaram interesse em continuar o seu relacionamento de longa data.

As relações diplomáticas com a Índia, embora reforçadas ao longo dos últimos dois anos, continuam a ser relativamente reduzidas. O ministro dos Negócios Estrangeiros de STP visitou a Índia em Dezembro de 2009, pela primeira vez desde a independência. A Índia concordou em fornecer uma linha de crédito de 5 milhões de USD e donativos no montante de 1 milhão de USD para criar um "centro de incubação tecnológico" para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas. A Índia também vai oferecer cooperação técnica à agricultura, às infra-estruturas e ao sector dos hidrocarbonetos. S. Tomé e Príncipe é a 47ª nação africana a participar no projecto Pan-African e-Network do governo indiano. Este projecto vai ligar S. Tomé e Príncipe aos outros países da União Africana através de videoconferência, focando-se em serviços de saúde e permitindo ligar o principal hospital da ilha de São Tomé a mais de 10 hospitais indianos. As importações indianas são quase inexistentes, enquanto as exportações para STP, estimados em 1 milhão de USD/ano, incluem produtos químicos orgânicos, produtos farmacêuticos, algodão e instrumentos médicos.

As prospecções de petróleo em S. Tomé e Príncipe convenceram as autoridades brasileiras a abrir a sua primeira embaixada no país em 2003. As relações com STP fazem parte da política brasileira de cooperação Sul-Sul e de cooperação com os países africanos lusófonos, que estão na base de iniciativas como o Fórum Brasil-África. A ajuda do Brasil, ao contrário do que acontece com alguns outros parceiros, não está dependente da aquisição de bens e serviços às suas empresas, nem das condições políticas. Em 2010, o Brasil e S. Tomé e Príncipe celebraram um acordo de cooperação no montante de 5,8 milhões de USD, destinado a apoiar as PME, a política de habitação social, a implementação do salário mínimo, a segunda fase do programa de alimentação escolar, a assistência técnica à política de gestão da água e a prevenção do paludismo. O embaixador do Brasil também anunciou que a construção de um centro de formação profissional começaria no início de 2011. O Brasil anima um dinâmico centro cultural na capital, São Tomé.

O surgimento de novos parceiros tem tido um impacto positivo no desenvolvimento económico de STP. A energia, a saúde e a educação foram as três áreas mais visadas pela ajuda ao desenvolvimento por parte dos parceiros emergentes. Como não existe nenhuma instituição de ensino superior no arquipélago, STP depende das escolas estrangeiras para formar o capital humano. Portugal oferece há muito bolsas de estudo, mas os parceiros emergentes, principalmente o Brasil, o Taipé Chinês e Cuba, também apoiam cada vez mais os estudantes de STP a aceder ao ensino superior.

Espera-se, igualmente, que os parceiros emergentes venham também a investir em áreas chave, como o turismo, os portos e os hidrocarbonetos, que têm potencial para promover o crescimento a longo prazo e

contribuir para reduzir a dependência de STP da ajuda externa. A ambição do arquipélago em se tornar uma plataforma de serviços para o Golfo da Guiné dependerá fortemente da cooperação com os países africanos vizinhos e o recente concurso na Zona Económica Exclusiva (ZEE) indica que o investimento privado virá de investidores africanos.

O novo primeiro-ministro de STP pretende reforçar os laços comerciais e económicos com os países da região e reforçar a integração regional. Enquanto as anteriores autoridades privilegiavam Portugal e Angola como parceiros estratégicos, o governo recém-eleito abre-se cada vez mais para a sub-região, nomeadamente o Gabão, os Camarões, a Guiné Equatorial, o Congo e a Nigéria. Esta mudança estratégica, reflectida na escolha de visitas oficiais do primeiro-ministro durante os primeiros meses no cargo, deverá facilitar a estratégia de desenvolvimento com vista a tornar o país uma plataforma de serviços para a sub-região.

Contexto político

Com muito atraso, as eleições autárquicas, regionais e legislativas foram realizadas em Agosto de 2010. Após 32 anos no poder por parte do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe-Partido Social Democrata (MLSTP-PSD), a Acção Democrática Independente (ADI) obteve a maioria dos votos, garantindo 26 dos 55 lugares na Assembleia Nacional. Nenhum partido garantiu a maioria absoluta, o que determina a existência de um parlamento dividido e de um governo minoritário. O partido do presidente Fradique, o Movimento Democrático Forças da Mudança-Partido Liberal (MDFM-PL) sofreu uma humilhante derrota, obtendo apenas um lugar no Parlamento. O apoio à ADI foi mais forte entre os jovens residentes nos centros urbanos e nas províncias mais populosas (Água Grande, Trindade e Santana).

Os potenciais candidatos às próximas eleições presidenciais, previstas para meados de 2011, ainda não são conhecidos, e o presidente Fradique de Menezes não pode concorrer a um terceiro mandato. O MDFM-PL ainda não recuperou totalmente da sua derrota e procura reorganizar-se, atraindo jovens talentos.

Em 2010, deu-se uma agitação social pouco significativa, relacionada com a procura de melhores condições de trabalho e de salários mais elevados nas empresas públicas, tais como a EMAE e o aeroporto.

Contexto social e desenvolvimento dos recursos humanos

O crescimento económico não tem conseguido superar os desafios sociais e de desenvolvimento e apenas três dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) poderão ser atingidos por STP em 2015: o ensino primário universal, a redução da mortalidade infantil e a melhoria da saúde materna. S. Tomé e Príncipe, com a ajuda dos seus parceiros de desenvolvimento, tem registado progressos consideráveis em matéria de erradicação do VIH/SIDA e do paludismo e está em vias de alcançar também este 6º ODM.

A estratégia do governo para a redução da pobreza continua a privilegiar o aumento do nível do rendimento rural, de modo a aumentar a produtividade agrícola e o emprego nas comunidades rurais. As possibilidades de alcançar os ODM relativos à pobreza extrema, à igualdade de género e ao estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento, no entanto, são mínimas. A pobreza, estimada em 54% em 2009, está muito presente nas zonas rurais e periurbanas. As habitações condignas são escassas, principalmente na região sul e na ilha do Príncipe. O salário mensal mínimo oficial é de 400 000 STD (equivalente a 25 USD) e o salário mensal dos funcionários públicos é 1,5 milhões de USD. A malnutrição continua a ser uma ameaça permanente.

A taxa de alfabetização é alta, atingindo quase 90%. Segundo a UNICEF, a taxa de escolarização líquida é de cerca de 83% e deverá chegar a 100% até 2015. Contudo, os desafios persistem no que diz respeito ao abandono escolar no ensino secundário e à criação de emprego para licenciados.

Durante a última década, o desemprego tem aumentado de forma constante, principalmente na capital, e está agora estimado em 26,8%. A menos que as oportunidades de emprego aumentem, a permanência de graduados no país, após regressarem dos seus estudos no estrangeiro, é improvável. As oportunidades de emprego em áreas rurais remotas são cada vez mais escassas, gerando o êxodo das populações rurais pobres para a capital, para trabalhar no sector informal, estimado actualmente em 63% da economia. A política agrícola faz parte do plano de acção do governo para criar oportunidades de emprego para estas comunidades rurais.